

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Autuado: Curtume Atalaia Ltda.

Processo: 01/1986/011/2009

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 58732/2007, infração gravíssima, porte médio.

Situação: Regular

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada como incurso no artigo 87, I, do Decreto nº 44.309/2006, pelo cometimento da seguinte irregularidade:

"Por descumprir a condicionante estabelecida na licença ambiental (LO), Certificado nº 042, onde no anexo 1, item 6, determina que seja implantado o sistema de controle das emissões atmosféricas resultantes da cabine de pintura, sendo constatado que a cabine não possui o sistema de controle. Coordenadas: 23K0467475/UTM 7603966"

Foi aplicada multa simples, no valor de R\$5.001,00 (cinco mil e um reais).

No entanto, o auto de infração foi revisado pela autoridade competente, com fundamento nos artigos 81 e 82, do Decreto nº 44.844/2008, alterando-se o porte do empreendimento e, por conseguinte, o valor da penalidade imposta, que passou a ser de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais). De tal decisão foi regularmente notificada a Recorrente, por meio do Ofício nº 950/2013, Aviso de Recebimento de fls. 24, reabrindo-se o prazo para apresentação da defesa. Apresentou a autuada, pois, defesa tempestiva, tendo sido mantida pelo

Presidente da FEAM a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), fls. 60.

Regularmente notificada em 22/09/2014 por meio do Ofício nº 774/2014 NAI/GAB/SISEMA, a Autuada apresentou tempestivamente o presente Recurso, em 21/10/2014, no qual alegou, em suma, que:

- não seria absoluto o direito da Administração Pública de rever seus atos, nem poderia ser exercido quando houver o confronto com outros princípios ou com a própria legislação, e, na hipótese, teria ocorrido a prescrição intercorrente, com a aplicação, no âmbito estadual, dos dispositivos da Lei Federal nº 9784/99, já que a autuação data de 24/09/2007 e a retificação do ato se deu em 18/10/2013;
- o valor da multa de R\$5.001,00 (cinco mil e um reais) deveria ser mantido, já que ultrapassado o prazo para que a Administração o revisse;
- seria ilegal a fixação do valor da multa em R\$20.001,00 (vinte mil e um reais), já que não foi citado no controle do auto de infração o artigo aplicável do Decreto nº 44.844/2008 para majoração do valor da multa, o que teria, inclusive, impedido o exercício do contraditório e ampla defesa pela Recorrente;
- deveriam ter sido aplicadas as atenuantes do artigo 68, do Decreto nº 44.844/2008.

Requeru que sejam:

- a) reconhecida a ausência de motivação do ato e determinada a descaracterização, ante ausência de capitulação da infração;
- b) considerado nulo o Ofício nº 950/2013;
- c) aplicadas as atenuantes previstas no art. 68, do Decreto nº 44.844/2008, "a", "c" e "e", do Decreto nº 44.844/2008.

É o breve relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Os argumentos trazidos no recurso não são hábeis a nulificar o auto de infração. Senão vejamos.

Inicialmente, sustento que não deve ser acolhida a afirmação da Recorrente de que teria ocorrido prescrição intercorrente no caso em tela, aplicando-se, por analogia, os dispositivos da Lei Federal nº 9874/99, já que a autuação data de 24/09/07 e a retificação do auto se deu em 18/10/13. Consoante firmado por esta Procuradoria, por reiteradas vezes, em casos semelhantes, a prescrição intercorrente não é aplicável, nem mesmo por analogia, aos processos administrativos em trâmite no Estado de Minas Gerais, pela **ausência de amparo legal**.

O artigo 1º, §1º, da Lei Federal nº 9.783/99, estabelece prazos de prescrição e de prescrição intercorrente para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta:

Art. 1º - Prescreve em **cinco anos** a ação punitiva da **Administração Pública Federal, direta e indireta**, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a **prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos**, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

Da leitura dos dispositivos em análise conclui-se que os prazos tratados na Lei nº 9.873, de 1999, são aplicáveis somente aos processos em trâmite na Administração Pública Federal e é esse o **entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sufragado no Recurso Especial nº 1112577/SP, no sentido de sua inaplicabilidade no âmbito estadual**.

Embora sedimentada a orientação de que os prazos prescricionais do novo Código Civil não se aplicam às relações disciplinadas pelo Direito Público, devendo incidir na espécie o art. 1º do Decreto 20.910/32, a questão relativa ao prazo prescricional para a cobrança de crédito decorrente de multa por infração administrativa ao meio

ambiente comporta exame à luz das disposições contidas na Lei 9.873, de 23 de novembro de 1999, com os acréscimos da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. Todavia, esses dispositivos legais não incidem no caso em exame, já que a multa por infração ambiental foi aplicada por entidade estadual de fiscalização e proteção do meio ambiente, fora, portanto, do campo de incidência dos referidos diplomas legais. Somente as ações administrativas punitivas desenvolvidas no plano da Administração Federal, direta ou indireta, serão regidas por essas duas leis. Em outras palavras, sob o prisma negativo, a Lei 9.873/99 não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por estados e municípios, devendo a prescrição, nesses casos, ser disciplinada pela regra do já citado art. 1º do Decreto 20.910/32, nos termos da jurisprudência sedimentada desta Corte.

Ainda nesse sentido é o recente julgado daquela Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. LEI 9.873/1999. INAPLICABILIDADE ÀS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PUNITIVAS DESENVOLVIDAS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO DECRETO 20.910/1932. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que em casos de ação anulatória de ato administrativo ajuizada em desfavor da Coordenadoria Estadual de Proteção de Defesa do Consumidor, em decorrência do exercício do poder de polícia do Procon, é inaplicável a Lei 9.873/1999, sujeitando-se a ação ao prazo prescricional quinquenal previsto no art. 1º do Decreto 20.910/1932.
2. É inconteste a aplicação analógica desse dispositivo para a execução de multas administrativas no prazo de cinco anos, contados do término do processo administrativo, conforme teor da Súmula 467 do STJ.



3. Contudo, no caso dos autos, não houve transcurso do prazo prescricional, porquanto encerrado o processo administrativo em 2010, sendo esse o termo inicial para a cobrança da multa, o que afasta a prescrição quinquenal.

4. O art. 1º do Decreto 20.910/1932 apenas regula a prescrição quinquenal, não havendo previsão acerca de prescrição intercorrente, apenas prevista na Lei 9.873/1999, que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, em razão da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal.

5. Dessa forma, ante a ausência de previsão legal específica para o reconhecimento da prescrição administrativa intercorrente na legislação do Estado do Paraná, ante a inaplicabilidade dos arts 1º do Decreto 20.910/1932 para este fim, bem como das disposições da Lei 9.873/1999, deve ser afastada a prescrição da multa administrada no caso, já que, em tais situações, o STJ entende caber "a máxima" *inclusio unius alterius exclusio*, isto é, o que a lei não incluiu é porque desejou excluir, não devendo o intérprete incluí-la" (REsp 685.983/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20/6/2005, p. 228).

6. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1566304/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, jul. 10/03/2016, DJe 31/05/2016).

Ademais, a jurisprudência daquele tribunal é remansosa no sentido de que, quando pendente recurso em processo administrativo, não há que se cogitar de prescrição intercorrente.

A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais também já afastou a aplicabilidade dos dispositivos da Lei nº 9.873/99 aos processos administrativos estaduais, nos Pareceres 14.556, de 2005, 14.897, de 2009, 15.047, de 2010 e 15.233, de 2013, razões pelas quais não há que se acolher o argumento da Recorrente de ocorrência da prescrição intercorrente.

Afirmou a Recorrente que teria sido ultrapassado o prazo para a Administração Pública rever o valor da multa, devendo, assim, ser mantido o valor inicialmente imposto no auto de infração. No entanto, a Recorrente se fundamenta em legislação federal inaplicável ao caso em análise, consoante acima demonstrado. Ainda nessa toada, ressalto que, diante da verificação de irregularidade de ato administrativo, incumbe à Administração Pública – trata-se de poder-dever - exercer o controle de tal ato, com espeque nas Súmulas 346 e 473, do STF, abaixo transcritas:

- *Súmula 346 – A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos.*
- *Súmula 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

No âmbito estadual, prevê a **Lei nº 14.184/2002**, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, no artigo 64, tal poder-dever da Administração Pública:

Art. 64 - A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Portanto, afigura-se legal o controle do auto de infração de fls. 19, no qual foi revisto o valor da multa em função do porte do empreendimento, antes considerado pequeno e, posteriormente, constatado o médio porte, por meio do SIAM. Desta feita, não há que se cogitar da ilegalidade das alterações insertas no controle de auto de infração.



A Recorrente alegou que a fixação do valor da multa em R\$20.001,00 (vinte mil e um reais) seria ilegal, por não ter sido citado no controle do auto o artigo aplicável do Decreto nº 44.844/2008 para majoração do valor da multa, o que teria, inclusive, impedido o exercício do contraditório e ampla defesa. No entanto, não deve ser acolhida tal afirmação, já que foi claramente enunciado no controle de auto que a alteração do valor da multa se deu em virtude do porte do empreendimento, tendo, inclusive, sido reduzido o valor pela incidência do artigo 96, do Decreto nº 44.844/2008. É que do auto de infração o fiscal fez constar como pequeno o porte do empreendimento e, em posterior análise, com consulta ao SIAM, foi averiguado que o porte era, de fato, médio. Além disso, do Ofício nº 950/2013 consta que o autuado havia sido incurso no artigo 87, I, do Decreto nº 44.309/2006 (informação que já constava do auto de infração) e que, por ser infração gravíssima cometida por empreendimento de médio porte, implicava a imposição do valor de multa de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais). Isto porque o decreto anterior impunha a penalidade de multa no valor de R\$ R\$30.001,00 (trinta mil e um reais) e, com a incidência do artigo 96, do Decreto nº 44.844/08, o valor da multa foi reduzido para R\$20.001,00, conforme anexo deste decreto. Ademais, ao autuado foi reaberto o prazo para apresentação de defesa acerca da alteração do auto de infração, conforme disposto no artigo 82, do Decreto nº 44.844/2008, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Finalmente, não foi constatada pelo agente autuante a possibilidade de incidência das atenuantes aventadas sobre o valor-base da multa à época da lavratura do auto e, neste momento, não se encontra nos autos qualquer prova da ocorrência daquelas circunstâncias que autorize a sua aplicação, de modo que não será acatado tal pleito da Recorrente.

Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar a infração prevista no artigo 87, I, do Decreto nº 44.309/2006, esta Procuradoria recomenda o indeferimento do presente Recurso e, consequentemente, a manutenção da penalidade de multa imposta.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa.**

É o parecer.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2016.



Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Procuradoria da FEAM

Analista Ambiental – MASP 1059325-9